

"A sociedade precisa se enxergar nos tribunais"

PODCAST DO CORREIO / Juíza do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), Caroline Santos Lima defendeu o maior uso das audiências de conciliação e a aplicação de medidas que garantam a equidade entre gêneros no Judiciário

A justiça por meio da conciliação

► NAUM GILÓ

Em entrevista ao *Podcast do Correio*, na manhã de ontem, a juíza Caroline Santos Lima, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), defendeu a adoção de medidas que garantam maior presença feminina no Judiciário. Na conversa conduzida pelas jornalistas Adriana Bernardes e Mariana Niederauer, a magistrada destacou também que as audiências de conciliação têm sido bastante utilizadas no Judiciário brasileiro, inclusive pelos tribunais superiores. A entrevistada falou da importância do uso da tecnologia para reduzir custos e aumentar a participação das partes envolvidas nos processos.

Sobre a representatividade dos integrantes do Judiciário brasileiro, Caroline avaliou que a sociedade não se espelha no Poder, tanto na proporção de mulheres que atuam na área, quanto pela presença de pretos e pardos nos tribunais. "A sociedade precisa se enxergar nesses lugares. Já houve casos de tribunais em que sequer havia banheiros femininos porque não tinha mulheres nas Cortes de Segunda

Ed Alves/CB/DA Press



A juíza Caroline Santos trabalha temporariamente no gabinete do ministro Ricardo Lewandowski

Instância", indigna-se. "A presença maior de homens nos tribunais pode afetar decisões em casos relacionados a gênero. As leis são as mesmas, mas o olhar do homem é diferente. Tudo passa pelas pré-compreensões de quem está julgando," disparou.

Questionada se as juízas sofrem preconceito no Judiciário, a juíza disse que a mulher sempre tem que trabalhar mais para receber o mesmo reconhecimento que o homem, mesmo

ele fazendo menos. "O acesso ao serviço público é igual, mas quais são as dificuldades que a mulher passa para chegar até lá, como uma colega que teve que fazer a prova de concurso amamentando?" questiona. "Há alguns anos, quando ajizrei um caso, uma das partes, ao falar, direcionava-se apenas para o promotor, que chegou ao ponto de ter que falar que quem iria decidir era eu. Acho que ele percebeu o meu desconforto no momento", lembra.

Frente a frente

"A conciliação vem tomando dimensões muito maiores no Judiciário. Para além de casos de família e direitos do consumidor, o diálogo pode resolver questões de políticas públicas ou conflitos entre estudantes", explica a magistrada que está temporariamente trabalhando como instrutora do gabinete do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, onde recentemente foi criado o Núcleo de Conciliação da Suprema Corte.

Santos sustenta que a Justiça brasileira se beneficia com a adoção da conciliação como forma de resolver imbróglios jurídicos. "Em alguns casos é necessária a jurisdição tradicional. Em outros, a conciliação chega a ser até mais eficaz. Não adianta haver uma decisão que não será cumprida e o caso voltar para a Justiça posteriormente. Fora isso, também há a vantagem de desafogar o trabalho que o Judiciário teria que fazer futuramente", sustenta a juíza, revelando que muitos casos relacionados a questões fundiárias e ambientais já foram resolvidos em audiências de conciliação no DF.

Um caso importante que a juíza exemplifica como mais complexo e que está sendo resolvido por mediação é o da titularidade do arquipélago de Fernando de Noronha (PE), que está sendo disputada entre o estado de Pernambuco e a União. "Alguns casos mais complexos é necessário que haja um entendimento melhor do que está por trás daquilo. No caso de Noronha, que ainda está em tramitação, e que envolve outras questões como a ambiental, o ministro Lewandowski vê na conciliação uma boa solução", diz Caroline.

Segundo a magistrada, qualquer pessoa pode fazer uma petição para encaminhar o caso de interesse para a conciliação, o que

também pode partir de uma iniciativa do próprio juiz. "Quando fazemos a formação em mediação, aprendemos que quase tudo pode ser resolvido pela mediação, inclusive conflitos internacionais, como guerras", conta. "A conciliação já é usada há muito tempo. A novidade é que, agora, casos mais complexos estão indo por esse caminho".

Durante a entrevista, a juíza lembrou um caso de abandono paterno em que as partes moravam em países diferentes. Na audiência feita por meio virtual, os envolvidos descobriram vínculos que nem eles mesmos sabiam que existiam. O resultado foi que tanto o processo que estava sendo discutido na reunião quanto outros que já estavam na Justiça foram resolvidos apenas pelo diálogo.

Caroline destacou que a adesão da Justiça ao meio digital — acelerada pela pandemia de covid-19 — veio para ficar. "Audiências virtuais já ocorrem há muito tempo, mas agora estão sendo muito mais usadas", constata. "Além de reduzir custos, também contribui para que todos os envolvidos participem da audiência, avalia".

A entrevista completa está disponível nas principais plataformas e no YouTube

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades **Página:** 14